

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2024
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2024

Com base no Art. Nº 75, I da Lei Federal Nº 14.133/2021, no Decreto Municipal Nº 06, de 18 de janeiro de 2024 e no Decreto Municipal Nº 20/2022 de 15 de julho de 2022.

O **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Nº 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ sob o Nº 82.558.149/0001-55, por intermédio do Setor de Licitação, torna público que, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos Artigo Nº 75, inciso I da Lei Federal Nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 06, de 18 de janeiro de 2024, o Decreto Municipal Nº 20, de 15 de julho de 2022 e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: DIA 29/08/2024, ÀS 23:59 HORAS via e-mail.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:
licitacoes@graopara.sc.gov.br

1.0 – DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto desta Dispensa de Licitação **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE UMA CASA DE COMANDO, INCLUINDO A MONTAGEM, FORNECIMENTO DE MATERIAL, FERRAMENTAS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, A FIM DE ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE GRÃO-PARÁ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, devendo obedecer, integralmente, às



especificações e determinações previstas nos Projetos Técnicos de Engenharia (Memorial Descritivo, Projeto Arquitetônico e Complementares, Planilha Orçamentária e outros) e nos termos da Minuta Contratual que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste Edital como se aqui estivessem transcritos.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. Os recursos necessários ao objeto do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

23.001.1003.4.4.90.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 92)

3. DO VALOR ESTIMADO:

3.1. O valor global estimado será de **R\$19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais)**.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. O fornecedor deverá estar em conformidade com todas as especificações estabelecidas neste Edital de Dispensa de Licitação.

4.2. Poderão participar desta Licitação todas as pessoas jurídicas não impedidas de licitar ou contratar com o Poder Público que cumprirem os requisitos de habilitação deste Edital, aplicando-se subsidiariamente a Lei Complementar N° 123/2006 e respectivas alterações, em razão dos seguintes motivos (Artigo 49, inciso III, da Lei Complementar N° 123/2006) e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

5. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

5.1. A presente Dispensa de Licitação ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: licitacoes@graopara.sc.gov.br, ou mediante protocolo no setor de licitação.

5.1.1. O prazo para apresentação de propostas adicionais pelos eventuais interessados inicia em **27 de agosto de 2024 às 00:00 horas e encerra em 29 de agosto de 2024 às 23:59 horas**.

5.1.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico ou por protocolo, no setor de licitações, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar declarações com as seguintes informações:



- I** – a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- II** – que não foi declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
- III** – o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- IV** - na qualidade de proponente de procedimento licitatório, instaurada pelo Município de **Grão-Pará** não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, inclusive autarquias.
- V** – o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o Art. 93 da Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e
- VI** – o cumprimento do disposto no inciso VI do Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021 (Não emprega menor).
- VII** - sob as penas da Lei Federal Nº 14.133, 2021, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- VIII** - nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- IX** - a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- X** - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos do DECRETO MUNICIPAL Nº 20/2022 (se for o caso);

5.1.2.1. Poderá ser usado o modelo de declaração unificada constante no **ANEXO IV**.

5.1.2.2. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

5.1.2.3. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

5.1.2.4. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

5.1.2.5. O eventual interessado, ao enviar sua proposta, declara compreender que não está participando de uma licitação, mas fornecendo proposta adicional para a aferição, por parte da administração, da vantajosidade da escolha a ser contratada em processo de dispensa de licitação.

5.2. Os documentos necessários à habilitação deverão ser enviados junto a proposta/cotação de preço via e-mail:



5.2. Habilitação:

5.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

5.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou registro comercial, no caso de empresa individual.

5.2.1.2. Cédula de Identidade de todos os sócios proprietários.

5.2.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

5.2.2.1. Certidão negativa falência e concordata com sua expedição nunca superior a três meses da abertura deste processo, referente à comarca de domicílio da empresa licitante (emitida no e-Saj e acompanhada da certidão emitida no e-Proc ou UNIFICADA);

5.2.2.2. Certidão Cível (emitida no e-Saj e acompanhada da certidão emitida no e-Proc ou UNIFICADA);

5.2.2.3. Certidão Criminal (emitida no e-Saj e acompanhada da certidão emitida no e-Proc ou UNIFICADA);

5.2.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

5.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ**;

5.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda **Nacional**;

5.2.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** da sede da licitante;

5.2.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Pública **Municipal** da sede da licitante;

5.2.3.5. Alvará de localização municipal;

5.2.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**;

5.2.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (Certidão Negativa de Débitos **Trabalhista**).

5.2.3.8. Certidão Simplificada da Junta Comercial (emitida há menos de 90 dias). (dispensado em caso de MEI).

5.2.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.2.4.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6. DO PAGAMENTO:

6.1. O pagamento ocorrerá, 30 (trinta) dias, após a efetiva entrega do objeto, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021;

6.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante o processo de habilitação.



7. DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

7.1 Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser prorrogado na forma da lei. No mesmo sentido, poderá ser reajustado através do IPCA.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1. Poderá o Município revogar o presente Edital de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado;

8.2. O Município deverá anular o presente Edital de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação;

8.3. A anulação do procedimento de Dispensa de Licitação, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do Art. 71 da Lei Federal Nº 14.133/21;

8.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Grão-Pará, 23 de agosto de 2024.

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal





PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2024
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2024

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

SETOR REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Infraestrutura

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE UMA CASA DE COMANDO, INCLUINDO A MONTAGEM, FORNECIMENTO DE MATERIAL, FERRAMENTAS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, A FIM DE ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE GRÃO-PARÁ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, devendo obedecer, integralmente, às especificações e determinações previstas nos Projetos Técnicos de Engenharia (Memorial Descritivo, Projeto Arquitetônico e Complementares, Planilha Orçamentária e outros) e nos termos da Minuta Contratual que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste Edital como se aqui estivessem transcritos.

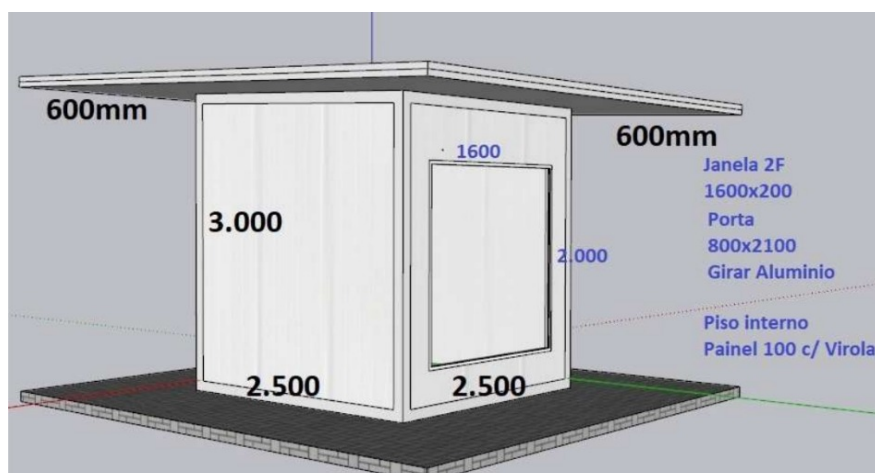
1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO

Conforme definido no Projeto de Engenharia, há a necessidade de contratação de uma empresa especializada para a construção de uma casa de comando para o britador. A empresa contratada será integralmente responsável por todas as fases da obra, desde o fornecimento de materiais, ferramentas e mão de obra, até a execução completa e montagem da estrutura, conforme as especificações do projeto.

A empresa deverá garantir a total conformidade com as exigências do projeto, assegurando que todos os serviços prestados estejam em perfeita sintonia com as normas técnicas vigentes. Além disso, é essencial que a qualidade dos materiais e da execução seja priorizada, assim como a segurança dos trabalhadores e da obra como um todo.

O Projeto de Engenharia foi desenvolvido com o detalhamento necessário e suficiente para definir e dimensionar a obra, garantindo viabilidade técnica e precisão no orçamento. A seguir, uma imagem ilustrativa da Sala de Comando, juntamente com as metragens e especificações:





VEDAÇÕES E COBERTURA: Paredes Laterais e Teto (EPS): com espessura indicada de 10 cm. Todos em Styropainel com 1.150mm de largura. Todos constituídos por dois revestimentos metálicos interligados por um núcleo isolante de Poliestireno expandido (EPS) com retardante a chamas classe R-1, possuindo um coeficiente de condutividade térmica de 0.028 kcal/mh.°C. O núcleo isolante de EPS tem uma massa específica aparente entre classe F1 (12 a 16 kg/m³), conforme NBR 11752, e é colado ao revestimento metálico através de um adesivo estrutural poliuretânico de dois componentes, colado com alta pressão. As faces externas dos painéis são de um adesivo estrutural poliuretânico de dois componentes e constituídas de chapas de aço zincado e pré-pintadas, que são perfiladas em formas trapezoidais, através de processo contínuo, obtendo excelente efeito visual e considerável enrijecimento. Cada chapa de 0,5 mm de espessura nominal, é galvanizada por imersão a quente, as paredes laterais tem como acabamento externo primer epoxi 5 micra mas poliéster 20 micra cor branca com proteção de filme de polietileno de 0,035 mm e acabamento interno em primer epóxi 5 micra, já o teto poderá, de acordo com as circunstâncias, possuir a face externa sem pintura, apenas galvanizada por imersão a quente;

ESQUADRIAS: Portas de alumínio: Portas com acionamento manual e nas dimensões citadas acima. Executada em uma folha, batente e vigas executadas com perfis estruturais de alumínio. O batente será fixado utilizando contra-batente, fixados com rebites de alumínio ou com parafuso. Todas as ferragens serão de alumínio e os acessórios da porta em inox. » Acessórios: Perfis de acabamento tipo cantoneiras, rebite, silicone, parafusos, arruelas, buchas, espuma expansiva, poliuretano líquido, sustentação para o teto e material de limpeza.

1.3. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviço comum de engenharia, conforme artigo 6, inciso XXI, alínea “a”, da Lei nº 14.133 de 2021.

1.4. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO:

O contrato terá um prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, conforme o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria de Infraestrutura do município de Grão-Pará enfrenta o desafio de manter a eficiência operacional e garantir a segurança dos operadores que atuam no Britador Municipal. Este equipamento é crucial para a produção de materiais utilizados em diversas obras de infraestrutura, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento urbano e na manutenção das vias públicas. No entanto, o ambiente em que o britador opera é caracterizado por condições adversas, que incluem altos níveis de poeira, ruído excessivo, vibrações contínuas e variações extremas de temperatura. Esses fatores não só comprometem a saúde e segurança dos operadores, mas também afetam a eficiência e a qualidade do trabalho realizado.

Para mitigar esses riscos e melhorar as condições de trabalho, é imprescindível a criação de uma estrutura adequada, que funcione como uma barreira física contra os principais elementos prejudiciais do ambiente de britagem. Esta estrutura deve ser equipada com isolamento térmico e acústico, permitindo a redução significativa do ruído e das vibrações, além de proteger contra a poeira e as partículas de rocha que são constantemente liberadas durante o processo de britagem.

A implantação de uma casa de comando com essas especificações não só assegura um ambiente mais seguro para os operadores, como também contribui para a longevidade e o bom funcionamento dos equipamentos, reduzindo o desgaste prematuro e as paradas não planejadas. Este investimento é estratégico para o município, uma vez que a operação eficiente do britador impacta diretamente nos custos e na qualidade das obras públicas, influenciando o cronograma e a alocação de recursos para outras necessidades municipais.

Diante da necessidade de atender a esses requisitos técnicos e de segurança, torna-se essencial a contratação de uma empresa especializada para a execução deste projeto. A empresa contratada será responsável pela montagem completa da casa de comando, incluindo o fornecimento de materiais de qualidade, ferramentas adequadas e mão de obra qualificada, garantindo que a estrutura atenda às normas técnicas e de segurança vigentes.

Assim, a contratação é justificada não apenas pela melhoria das condições de trabalho dos operadores, mas também pelo impacto positivo que essa intervenção terá nas operações da Secretaria de Infraestrutura. A eficiência na produção de materiais de construção e a segurança no ambiente de trabalho são fundamentais para a continuidade e o sucesso das atividades realizadas pelo município de Grão-Pará, tornando esta aquisição indispensável.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de uma empresa especializada para a construção de uma casa de comando. Esta empresa será responsável por fornecer e instalar todos os materiais necessários, incluindo painéis termoisolantes, perfis de acabamento padrão, portas frigoríficas com soleiras, e cortinas de PVC. Além disso, a empresa fornecerá os materiais e ferramentas adequadas além da mão de obra especializada para garantir a execução adequada do projeto. Todos os custos adicionais, como deslocamento, frete, estadia e outras despesas imprevistas, serão de responsabilidade da empresa contratada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Todos os serviços a serem executados pela empresa contratada deverão seguir estritamente as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), garantindo que o trabalho atenda aos padrões de qualidade e segurança estabelecidos.
2. A empresa contratada deverá empregar mão de obra de primeira qualidade, garantindo que todos os trabalhos sejam realizados com elevado padrão de excelência. O acabamento da obra deverá ser esmerado, atendendo às expectativas de precisão e qualidade estética.
3. A execução dos serviços deverá ser realizada em total conformidade com o projeto fornecido. Qualquer modificação ou ajuste no projeto só poderá ser feito mediante aprovação prévia da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Grão-Pará.
4. É responsabilidade da empresa participante do processo licitatório realizar uma vistoria prévia no local da obra. Durante essa vistoria, a empresa deverá examinar as condições do local, identificar potenciais desafios e avaliar os serviços e materiais que serão empregados. Essa análise é essencial para garantir que a empresa esteja plenamente ciente das especificidades da obra antes de iniciar os trabalhos.
5. A empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por clientes anteriores, que comprove a execução de serviços similares ao objeto da contratação. Esses atestados servirão como evidência de que a empresa possui a experiência e a competência necessárias para realizar a obra com sucesso.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. ENTREGA

O projeto será realizado conforme as especificações estabelecidas neste termo de referência e no Projeto de Engenharia, com um prazo de conclusão de 30 (trinta) dias. Os serviços serão executados no local onde o Britador está instalado, situado na Estrada Geral Ilha Grande, Ilha Grande, na cidade de Grão-Pará/SC, CEP: 88.890-000.

5.2. GARANTIA E ASSISTÊNCIA

O isolamento térmico descrito no projeto terá uma garantia mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega do produto. Esta garantia assegura a qualidade do material e a conformidade com as especificações do projeto, cobrindo defeitos de fabricação e problemas que possam surgir durante o uso normal.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A formalização da contratação será efetivada por meio de um termo de contrato e deverá seguir as cláusulas acordadas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. As partes contratantes serão responsáveis por quaisquer consequências decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato. Todas as comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada deverão ser realizadas por escrito, quando a formalidade exigir. É permitido o uso de mensagem eletrônica para essas comunicações, desde que respeitadas as condições legais e contratuais aplicáveis.

A gestão do contrato será de responsabilidade do Secretário Municipal da Administração e Fazenda, Edmar Kemper Nandí. A fiscalização do contrato ficará a cargo de Vanderlei Michels, Secretário Municipal de Infraestrutura, que terá a missão de assegurar o cumprimento rigoroso de todas as condições estabelecidas, com o objetivo de garantir os melhores resultados para a Administração.

Caso sejam identificadas inexatidões ou irregularidades na execução do contrato, o fiscal técnico emitirá notificações para que as correções necessárias sejam realizadas, estabelecendo um prazo para a implementação das medidas corretivas. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato sobre qualquer situação que requeira decisões ou medidas que excedam sua competência, para que sejam adotadas as providências adequadas para a resolução do problema.

Outras cláusulas relacionadas à gestão do contrato serão detalhadas no contrato específico, garantindo a transparência e a conformidade com a legislação vigente.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição dos serviços contratados para a execução da casa de comando será realizada com base no acompanhamento e na verificação detalhada de cada etapa do processo construtivo. Todos os serviços realizados serão avaliados em relação ao projeto técnico aprovado, assegurando que as especificações e dimensões sejam seguidas rigorosamente. Os materiais fornecidos serão inspecionados para garantir que atendam às normas técnicas e às especificações do contrato. A execução será acompanhada pela engenheira e pelo fiscal do contrato, garantindo que as melhores práticas de construção sejam aplicadas e que a segurança do trabalho seja mantida.

Caso sejam identificadas discrepâncias ou não conformidades durante as medições, a empresa contratada será notificada para realizar as correções necessárias, que serão novamente avaliadas antes da aceitação final do serviço.

Dessa forma, a medição será conduzida de maneira a garantir a qualidade e a conformidade de todas as etapas da obra, assegurando que os objetivos da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Grão-Pará sejam plenamente atendidos.

7.2. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados em moeda nacional, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação de notas fiscais devidamente atestadas pelo servidor responsável. O pagamento será realizado através de boleto bancário ou transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do fornecedor.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada através de um procedimento de licitação na modalidade de **Dispensa de Licitação**, conforme o artigo 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. A execução será regida pelo regime de **Empreitada por Preço Global** e o critério de seleção será o de **Menor Preço Global**, assegurando que o valor unitário de cada item não exceda o valor de referência estabelecido.

8.1. JUSTIFICATIVA PARA NÃO ADOÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

Em conformidade com o Decreto nº 20/2022, de 15 de julho de 2022, que regula os procedimentos licitatórios, considerando a adoção de tratamento diferenciado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), optou-se por não implementar tal diferenciação neste processo licitatório específico.

Dada a natureza técnica e complexa das obras de engenharia, é essencial que todos os licitantes, independentemente do porte da empresa, possam concorrer em igualdade de condições, de forma a garantir a execução do objeto com a qualidade e a eficiência exigidas. Ao permitir que empresas de todos os portes concorram em igualdade de condições, visa-se estimular a participação de um maior número de licitantes, aumentando a competitividade e, conseqüentemente, potencializando a qualidade das propostas apresentadas. Tal abordagem é especialmente relevante em contratos de engenharia, onde a experiência, capacidade técnica e a robustez financeira são fatores críticos para o sucesso da obra.

Além disso, a ampla concorrência proporciona uma maior diversidade de propostas, o que pode resultar em soluções mais inovadoras e eficazes para as demandas do projeto de engenharia. Ressalta-se que essa abordagem não prejudica as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, mas sim assegura que todas

as empresas tenham a oportunidade de participar do certame em condições de igualdade, promovendo um ambiente de negócios mais justo e equilibrado.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para a contratação é de R\$19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais), conforme levantamentos realizados na Pesquisa de Preço. A seleção foi baseada na proposta de menor valor, atendendo aos critérios de economicidade e eficiência, conforme exigido pelas normas vigentes.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1. A contratada deverá assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços e dos eventuais danos decorrentes, de acordo com as normas do Edital, do Contrato a ser lavrado e demais documentos que o integram.
2. A contratada assumirá a total responsabilidade pela correta escolha e dimensionamento do pessoal e dos equipamentos necessários à correta execução dos serviços objeto do contrato.
3. A contratada responderá por todas as despesas e obrigações relativas a salários, previdência social, seguros contra acidentes e quaisquer outras implicações de natureza trabalhista.
4. A contratada deverá cumprir todas as obrigações trabalhistas e de Segurança e Medicina do Trabalho e atender as demais normas legais.
5. A contratada será responsável pela manutenção da ordem e limpeza na execução dos serviços contratados.
6. A contratada deverá prestar, sempre que solicitado, toda a orientação e demais esclarecimentos referentes à execução dos serviços ao fiscal da contratante.
7. Comunicar verbalmente, de imediato, e confirmar por escrito à contratante, a ocorrência de qualquer impedimento da prestação dos serviços.
8. A contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização da contratante na execução dos serviços contratados.
9. Todos os materiais e ou equipamentos fornecidos pela contratada, deverão ser de primeira qualidade ou qualidade extra.
10. A contratada, será responsável por todo e qualquer dano e/ou prejuízo que, eventualmente, venha a sofrer o contratante ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

1. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, desde que atendidas às obrigações contratuais.
2. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a aquisição do objeto.

3. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.
4. Rejeitar em todo ou em parte, os produtos/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
5. Comunicar à Contratada, por escrito, eventuais anormalidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários, determinando prazo para correção das falhas.
6. Analisar e autorizar a prorrogação de prazo solicitada pela Contratada, desde que atendidas as condições previstas.
7. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.
8. Fornecer à Contratada todas as informações necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas.
9. Rejeitar o produto/serviço entregue fora das especificações.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes do presente certame correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

23.001.1003.4.4.90.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 92)

Grão-Pará, 23 de agosto de 2024.

EDMAR KEMPER NANDI

Secretário Municipal da Administração e Fazenda



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2024
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2024

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE / FAX:

EMAIL:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE UMA CASA DE COMANDO, INCLUINDO A MONTAGEM, FORNECIMENTO DE MATERIAL, FERRAMENTAS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, A FIM DE ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE GRÃO-PARÁ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, devendo obedecer, integralmente, às especificações e determinações previstas nos Projetos Técnicos de Engenharia (Memorial Descritivo, Projeto Arquitetônico e Complementares, Planilha Orçamentária e outros) e nos termos da Minuta Contratual que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste Edital como se aqui estivessem transcritos.

Valor total global: R\$ _____ (_____).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

Não inferior a 60 dias

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;





Apresentamos nossa proposta conforme o estabelecido no Edital.

Local, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Responsável

CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2024
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2024

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

(DATA)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE UMA CASA DE COMANDO, INCLUINDO A MONTAGEM, FORNECIMENTO DE MATERIAL, FERRAMENTAS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, A FIM DE ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE GRÃO-PARÁ, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E O CONTRATADO _____, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:

Vigência: De ____ de _____ de 2024 a ____ de _____ de 202__ (12 meses), podendo a vigência do Contrato ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

Valor Total: R\$ _____ (valor por extenso).

Origem: Processo de Licitação Nº 66/2024 - Edital de Dispensa de Licitação Nº 51/2024.

Contrato, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Nº 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, e _____, empresa estabelecida em _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob Nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada por seu(a) Representante Legal, Senhor(a) _____,



_____, inscrito no CPF sob o Nº _____, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE UMA CASA DE COMANDO, INCLUINDO A MONTAGEM, FORNECIMENTO DE MATERIAL, FERRAMENTAS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, A FIM DE ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE GRÃO-PARÁ**, de acordo com as especificações técnicas e preços unitários homologados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, devendo obedecer, integralmente, às especificações e determinações previstas nos Projetos Técnicos de Engenharia (Memorial Descritivo, Projeto Arquitetônico e Complementares, Planilha Orçamentária e outros) e nos termos da Minuta Contratual que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA II – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

2.1. O presente instrumento vigorará de ____ de _____ de 2024 até ____ de _____ de 202____, ou seja, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme os Arts. 105 e 107, da Lei Federal Nº 14.133/21.

2.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser prorrogado na forma da lei.

CLÁUSULA III – DO VALOR

3.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os preços homologados no Processo de Licitação Nº 66/2024 - Edital de Dispensa de Licitação Nº 51/2024, no valor total de **R\$** _____ (_____).

3.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser reajustado através do IPCA.

CLÁUSULA IV – DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

4.1. A prestação de serviço será a partir do recebimento efetivo da ordem de compra empenhada e expedida pela Secretaria solicitante. O projeto será realizado conforme as especificações estabelecidas neste termo de referência e no Projeto de Engenharia, com um prazo de conclusão de 30 (trinta) dias. Os serviços serão executados no local onde o Britador está instalado, situado na Estrada Geral Ilha Grande, Ilha Grande, na cidade de Grão-Pará/SC, CEP: 88.890-000.

4.2. A entrega dos itens solicitados deverá ser acompanhada da respectiva nota fiscal, onde deverá constar nome dos itens, quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado



a lado, de modo a facilitar a conferência. Os itens desta contratação devem ser entregues em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pela administração, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei Federal Nº 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

5.2. O pagamento ocorrerá 30 (trinta) dias após a efetiva entrega do objeto, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, através de transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX), em conta corrente de titularidade do fornecedor, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA VI - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

6.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento municipal, classificada e codificada sob o N°.:
23.001.1003.4.4.90.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 92)

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

7.1. Obrigações do Contratante:

7.1.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

7.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

7.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

7.2. Obrigações do Contratado:

7.2.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

7.2.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

7.2.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

7.2.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

7.2.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

7.2.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

CLÁUSULA VIII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Com fulcro na Lei Federal Nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Artigo 156, §2º, da Lei Federal n. 14.133/2021);
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 4º do Artigo 156 da Lei Federal Nº 14.133/2021);
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (§ 5º do Artigo 156 da Lei Federal Nº 14.133/2021).

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;

- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato licitado.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (§ 9º do Artigo 156 da Lei Federal Nº 14.133/2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§ 7º do Artigo 156 da Lei Federal Nº 14.133/2021).

CLÁUSULA IX – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Tendo em vista a necessidade do Município, os preços deste Contrato, são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

9.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

9.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei Federal Nº 14.133/21.

CLÁUSULA X – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

10.2. Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativos de seu objeto, nos limites permitidos no Artigo 124, da Lei Federal Nº 14.133/21.

10.2.1. Por acordo das partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento.

10.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos da Lei Federal Nº 14.133/21.

10.3. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei Federal Nº 14.133/2021.

10.4. A alteração incidente sobre o objeto do contrato presta-se a adaptá-lo à nova configuração do interesse público ou corrigi-lo para que melhor se adeque ou tenha condições de atender ao interesse público, sem que o objeto possa ser transfigurado.

10.5. A alteração incidente sobre o objeto do contrato pode ser:

a) Quantitativa: quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato;

b) Qualitativa: quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do contrato;

c) Unilateral: quando imposta pelo MUNICÍPIO, sem a anuência do contratado;

d) Consensual: quando há a anuência do contratado.

10.6. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, devendo observar o seguinte:

a) a aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação;

b) deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do contrato e o valor orçado pela Contratante, salvo se o agente de fiscalização apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do contrato;

- c) em contratos cujos valores são estimados, os limites devem ser calculados sobre os valores estimados;
- d) os limites devem ser calculados pelo preço unitário dos itens se o julgamento da licitação ocorreu pelo preço unitário e devem ser calculados pelo preço global do contrato se o julgamento ocorreu pelo preço global;
- e) em contratos sujeitos à renovação, aditivos quantitativos não devem ser realizados sobre aditivos de períodos anteriores, devendo a base de cálculo ser o valor inicial atualizado do contrato, assim entendido como o valor principal acrescido de eventuais aumentos decorrentes da aplicação dos instrumentos cabíveis para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (revisão, reajuste ou repactuação), em cada período de vigência. A soma dos percentuais dos aditivos não deve ultrapassar os limites, como sendo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.7. A alteração da planilha para substituir ou readequar itens não é suficiente para caracterizar a alteração como quantitativa.

10.8. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Artigo 136 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DA RESCISÃO

11.1. A Rescisão deste Contrato poderá ser por ato unilateral da **CONTRATANTE**:

11.2. A **CONTRATANTE** poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à **CONTRATADA** sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis:

- a) o não cumprimento pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o desatendimento pela **CONTRATADA** das determinações regulares da pessoa designada pela **CONTRATANTE** para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- c) razões de interesse do serviço público.

11.3.1. A **CONTRATADA** terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da **CONTRATADA**, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;

i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.3.2. No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes condições:

a) a **CONTRATADA** não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo à **CONTRATANTE** aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;

b) a **CONTRATADA** terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela **CONTRATANTE**, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados à **CONTRATADA**;

c) em qualquer caso, a **CONTRATADA** reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas ou da forma que julgar mais convenientes;

d) caso a **CONTRATANTE** não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a **CONTRATANTE** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.4. A Rescisão deste Contrato, também, poderá ser por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.4.1. O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

a) a supressão, por parte da **CONTRATANTE**, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação, Licitação e Contratação, conforme Lei Federal Nº 14.133/21;

b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.4.2. Nesses casos, a **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.5. A Rescisão do Contrato poderá, também, ser em Virtude de Força Maior:

11.5.1. Tanto a **CONTRATANTE** como a **CONTRATADA** poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 1058, do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual. Nesse caso, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

11.5.2. Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediatamente comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo de até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

11.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal n. 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.6.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.6.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.7.3. Indenizações e multas.

11.7.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do artigo 131 da Lei Federal n. 14.133/2021).

11.7.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

11.8. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

11.9. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.10. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

11.10.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (inciso I do § 3º do artigo 121 e alínea “b” do inciso III do artigo 139, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021); e

11.10.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.11. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzido o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (inciso II do § 3º do artigo 121 da Lei Federal n. 14.133/2021).

11.12. O contratante poderá ainda:

11.12.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (alínea “c” do inciso III do artigo 139 da Lei Federal n. 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

11.12.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do artigo 139 da Lei n. 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

11.13. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV do artigo 14 da Lei n. 14.133/2021).

CLÁUSULA XII – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. O recebimento dos serviços será mensal, sempre que houver a apresentação dos documentos hábeis que comprovem a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA XIII – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.

13.2. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da **CONTRATADA**, fica a **CONTRATANTE** desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

13.3. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

13.4. A **CONTRATADA** responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a



CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a **CONTRATADA** empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.4.1. Caso haja condenação da **CONTRATANTE**, inclusive como responsável solidária, a **CONTRATADA** reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA XIV - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei Nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei Nº 13.709/18.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA XV - DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

15.1. Gestor do Contrato: Edmar Kemper Nandi, Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

15.2. Fiscal do Contrato: Vanderlei Michels, Secretário da Infraestrutura:

CLÁUSULA XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela **CONTRATANTE**, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

16.2. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

Grão-Pará/SC, ____ de _____ de 2024.





PREFEITURA DE
GRÃO-PARÁ

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ
HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

NOME DA EMPRESA
REPRESENTANTE DA EMPRESA

Cargo do Representante

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

OTAVIO JACINTO LUNARDI
Assessor Jurídico – OAB/SC 52.759
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ



PREFEITURA DE
GRÃO-PARÁ

Rua Barão do Rio Branco 187 [CENTRO]

88890-000

(48) 3652-1177

graopara.sc.gov.br



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2024
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2024

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado _____, portador(a) da Carteira de Identidade sob o Nº _____, do CPF sob o Nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei Federal Nº 14.133, de 2021, que:

- em conformidade com o previsto no Art. 3º da Lei Complementar Nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, Art. 3º da LC Nº 123/06.
- não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte no ano-calendário desta licitação, em conformidade com o previsto no inciso II, do Art. 3º da Lei Complementar Nº 123, de 15 de dezembro de 2006 e § 2º, do Art. 4º, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.
- na qualidade de proponente do procedimento licitatório, instaurado pela Prefeitura Municipal de Grão-Pará, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
- até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- para fins do disposto no inciso V do Artigo 68, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesesseis anos (Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil). Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (). (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva).
- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



- para fins de atendimento ao que consta do Edital da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, que a empresa tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material/serviços de qualidade, sob as penas da Lei.
- na qualidade de proponente de procedimento licitatório, instaurada pelo Município de **Grão-Pará** não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, inclusive autarquias.
- sob as penas da Lei Federal Nº 14.133, 2021, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

Local e data: _____

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

(Assinatura do Declarante)

Nome:

CPF: